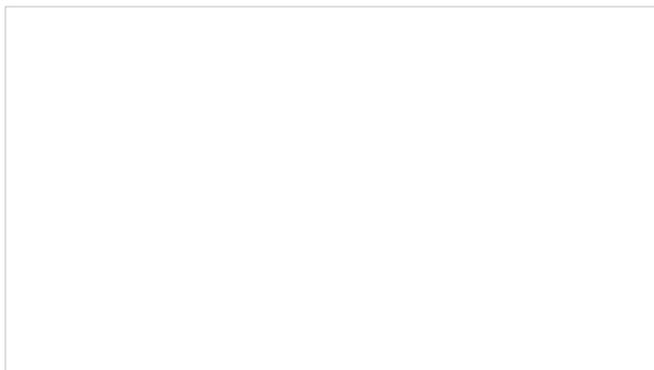


Operação conjunta combate esquema de sonegação fiscal no Norte de Minas

Qua 03 maio



Receita Estadual / Divulgação

Uma força-tarefa composta pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Receita Estadual e [Polícia Militar de Minas Gerais \(PMMG\)](#) deflagrou, nas primeiras horas desta quarta-feira (3/5), a operação Ostentare, que busca combater o crime de

sonegação fiscal no Norte de Minas. Foram cumpridos mandados judiciais de busca e apreensão em seis alvos, sendo cinco empresas comerciais varejistas de artigos do vestuário e acessórios e uma residência de duas pessoas físicas. Todo o material apreendido será analisado para apuração da sonegação tributária e responsabilização criminal dos envolvidos.

As primeiras investigações foram motivadas pelo recebimento de valores milionários detectados em cruzamento de dados (malhas fiscais), por diversos CPFs e microempreendedores individuais (MEIs).

De acordo com a delegada fiscal da Receita Estadual em Montes Claros, Cássia Simony, o esquema consiste na utilização de CPFs e constituição de diversas empresas, inclusive MEIs, para a prática da fraude tributária.

"Algumas dessas empresas funcionam no mesmo endereço, com mesmo nome comercial, em nome dos reais proprietários e de interpostas pessoas, os chamados laranjas. A prática entre elas é a venda sem emissão de documentos fiscais", explica a delegada fiscal.

A rede de lojas opera também com vendas pelo sistema e-commerce.

Uma das empresas envolvidas na investigação já possui débito de ICMS superior a R\$ 1 milhão, que não vem sendo honrado. Com as provas apreendidas durante a operação, novos créditos tributários devem ser constituídos, podendo aumentar ainda mais o valor devido pela empresa.

Ostentare

O nome da operação, Ostentare, que significa "mostrar com muito excesso realizações e posses", faz referência à ostentação do grupo nas redes sociais, divulgando grande estoque de mercadorias, construções e inaugurações de lojas de luxo em toda a região Norte de Minas.

Participam da operação 17 servidores da Receita Estadual, um promotor de Justiça e um servidor do MPMG, além de 12 policiais militares.